RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Municípios têm prazo até 20 de março para preenchimento do SISC

CNM informa

Redação

Os gestores municipais devem ficar atentos ao preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), que volta a contar para o cofinanciamento federal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reforça que o prazo final para o preenchimento é até o dia 20 de março.

A CNM alerta que a Portaria MDS 1.068/2025 está em processo de revogação, contudo, todos os Municípios que recebem cofinanciamento federal devem realizar o registro, atualização e confirmação das informações no SISC, conforme previsto na Portaria MDS 134/2013. O não cumprimento dessa medida pode resultar na suspensão do repasse do cofinanciamento federal.

A CNM explica que o SISC é responsável por registrar informações acerca da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), especialmente a confirmação da participação dos usuários no serviço, e que as informações do sistema são utilizadas como base para o cálculo do cofinanciamento federal.

É importante destacar que o SISC é de preenchimento obrigatório, sendo responsabilidade do gestor da pasta da Assistência Social garantir o registro das informações, ação fundamental para o aprimoramento do SCFV. A entidade alerta que a aferição das informações do 1º trimestre de 2026 será considerada para o cálculo do cofinanciamento.

Por tanto, a CNM chama a atenção dos gestores municipais para que não deixem o preenchimento do SISC para o último dia, 20 de março, pois o grande volume de acessos pode comprometer o registro adequado das informações.

O SCFV funciona de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), dessa forma o preenchimento das informações no SISC corrobora com o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecendo as capacidades municipais de fomentar o trabalho social com famílias, desenvolvendo as potencialidades e fortalecendo vínculos a partir de ações de caráter preventivo.

Desafios

A CNM avalia que os Municípios enfrentam desafios na operacionalização e na execução de programas federais. “Uma vez pactuados, esses programas têm impactos financeiros, atribuições crescentes e historicamente têm defasagem inflacionária, o que obriga os Entes locais a investirem recursos próprios para custear políticas federais”, lamenta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.